



APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

A sociedade contemporânea enfrenta múltiplos desafios no campo da educação e dos direitos humanos, sobretudo num contexto de envelhecimento populacional, migrações forçadas, questões de gênero, demandas de inclusão, dentre outras questões.

Este dossiê reúne artigos que discutem esses desafios em diversos cenários e abordagens, propondo reflexões teóricas e práticas para uma educação inclusiva, transformadora e emancipatória. Surge num momento histórico de celebração e comemoração de um filme brasileiro que recebeu três indicações ao Oscar de 2025. O filme "**Ainda Estou Aqui**" (2024), dirigido por Walter Salles, uma adaptação do livro "**Ainda Estou Aqui**" (2015), de Marcelo Rubens Paiva, traz à tona questões sobre os direitos humanos, no que se refere à opressão e resistência de pessoas diante do contexto de opressão política. A obra narra a história de uma personagem que lida com o sofrimento do desaparecimento do cônjuge e a luta pela sobrevivência no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985). O filme explora como o medo e a violência foram usados pelo governo para suprimir dissidentes, e como isso afetou a vida das pessoas, em especial os que estavam envolvidos com movimentos de resistência ou simplesmente expressavam suas opiniões de forma crítica.

Acompanhando esta produção fílmica de ampla projeção, o dossiê é também crítica vigente de resistências à opressão e de luta pela verdade e a dignidade humana, testemunhadas em cada uma das suas produções científicas. Face ao contributo de cada artigo, a presente edição reforça a compreensão da educação enquanto direito universal fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, problematizando a sua efetividade e acessibilidade em múltiplas geografias, sociedades, culturas e idades.

Questões como a educação de crianças, jovens e pessoas adultas, são discutidas em artigos que problematizam questões políticas, pedagógicas e de participação dos próprios indivíduos aprendentes e em transformação sensível a diferentes condições e realidades sociais e culturais.

O artigo "**O Direito à Participação das Crianças: Uma Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos no Município de Gaspar/SC**", das autoras Raquel Bernardes Corrêa e Solange Aparecida de Oliveira Hoeller, apresenta como as instituições de educação infantil em Gaspar-SC garantem o direito à participação das crianças no planejamento pedagógico, destacam práticas inclusivas como a organização de espaços e metodologias de projetos.

Silvia Adriana Rodrigues, Eliane Ceri Assis Santana, Ariel de Jesus Silva, no artigo "**Reflexões sobre a intrincada relação entre Direitos Humanos e infância: reticências e pontos finais do discurso jurídico**",

analisam os desafios na efetivação dos direitos das crianças, destacam a perspectiva do protagonismo infantil e a participação ativa das crianças na sociedade, sendo a educação o caminho para garantir o pleno exercício da cidadania.

Em **“Princípios Políticos: Cidadania como Eixo para o Pleno Desenvolvimento de Pessoas com Autismo”**, Uania Soares Rabelo de Moura, Natália Medina Araújo e Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho, exploram como a educação pode promover o pleno desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As autoras abordam os desafios para a inclusão e a efetividade das políticas educacionais nesse contexto.

Na sequência o artigo **“Experimentações Pedagógicas com Literaturas Indígenas: Traçando Novos Caminhos”** de Patricia Veiga, Jaqueline Moura e Ruthe Campos, analisa práticas pedagógicas que incorporam literaturas indígenas, propondo uma transformação no ensino por meio da valorização de culturas e epistemologias indígenas, com a finalidade de promover uma sociedade mais multicultural e inclusiva.

Em direção similar crítica o texto **“Práticas pedagógicas, memória e ancestralidade étnico-racial no território: educação e direitos humanos no Sítio Leite, Juazeiro do Norte, Ceará”**, de Luiz Wendesteny Silva Teixeira, Francisco Joedson da Silva Nascimento, Cassio Expedito Galdino Pereira e Cicera Nunes, explora práticas pedagógicas em contextos não formais que contribuem para a preservação da memória e ancestralidade negra e indígena no Sítio Leite. A pesquisa evidencia como ações educativas podem fortalecer a identidade cultural e o reconhecimento dos direitos humanos das comunidades marginalizadas.

A preocupação com a efetivação da educação no contexto da migração ou de pessoas privadas de liberdades, é também uma sensibilidade desvelada por investigadores e investigadoras neste Dossiê. **“O Direito à Educação e o Fluxo Migratório: Um Olhar sobre a Rede Municipal de Ensino de Dourados-MS”**, artigo de autoria de Elis Regina dos Santos Viegas e Fabio Perboni, elucida a integração de migrantes na educação municipal de Dourados, discute a complexidade dos fluxos migratórios e a garantia dos direitos à educação, com foco na inclusão de pessoas migrantes e políticas intergovernamentais.

“Punição ou Ressocialização? A Dualidade do Sistema Prisional”, de Michele Golam dos Reis, Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio discute a evolução do sistema prisional, explora sua dualidade entre punição e ressocialização, e os desafios para uma reintegração social eficaz e a implementação de programas de ressocialização nas prisões.

As questões de gênero e corporalidade atravessam de igual modo esta discussão sobre direitos humanos e educação, explícita em alguns artigos. Lorena Suellen Vieira Pontes, Clara Rafaela Quintans Campos, Luciano Nascimento Silva e Yasmim Iris Lopes Avelino, no artigo **“Por uma Memória do Direito de Gênero no Brasil – Tobias Barreto, Josefa Águeda e a Assembleia do Recife”**, resgatam a atuação de Tobias Barreto e Josefa Águeda na Assembleia do Recife, analisam suas contribuições para a construção do direito de gênero no Brasil, com um enfoque nas lutas jurídicas e educacionais pela emancipação feminina.

Em continuidade, o texto **“Neoconservadorismo e Questões de Gênero: Escola e Corpo como Territórios de Disputas e Resistências”**, de Elizabeth dos Reis Sanada, Mariana Siqueira Nascimento e Zero Costa Martin, analisa as representações de corpo e gênero nas escolas, considerando como políticas neoconservadoras impactam as práticas educacionais e as resistências de professores e educadores frente a essa realidade.

O envelhecimento e a saúde são também parte desta compreensão da efetivação dos direitos humanos quando se aborda a educação. No artigo **“A Educação nos Projetos de Vida de Adultos e Idosos: Reflexões sobre o Direito de Envelhecer Bem”**, de autoria de Beatriz Guedes de Seixas e Maraiza Oliveira Costa, é destacada a educação ao longo da vida, no contexto do envelhecimento. As autoras defendem a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento saudável das pessoas idosas e a construção de projetos de vida significativos nesta etapa. Também nessa linha de pensamento, o artigo **“Envelhecimento, resiliência e saúde: articulações numa perspectiva ecológica”**, de Ana Frias, discute a importância da aprendizagem ao longo da vida a par dos estereótipos idadistas que criam resistências a uma adaptação resiliente e saudável das pessoas mais velhas.

O artigo **“Educar em direitos humanos e promover a dignidade: memórias e experiências de doentes com câncer e acompanhantes da casa de apoio em Campo Mourão-PR”**, de Márcio José Pereira, Cynthia Simione França, Carolina Oliva Rodrigues de Oliveira, também contribui para esta análise, investigando práticas de promoção dos direitos humanos e da dignidade dos pacientes de câncer e seus acompanhantes na Casa de Apoio em Campo Mourão, Paraná. A pesquisa destaca a necessidade de práticas inclusivas e políticas públicas que priorizem o bem-estar dos vulneráveis, enfatizando a escuta e o respeito às memórias e experiências dos sujeitos.

Pensando ainda em problemáticas como a deficiência, o artigo **“Educação inclusiva e direitos humanos: análise das perspectivas legislativas”** de Carmen Frantz Kliemann, Telma Alves Teixeira, Sandra Aparecida Machado, investiga a legislação brasileira sobre educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência. As autoras sugerem o aprimoramento das políticas inclusivas, elucidam os avanços e desafios na efetivação desses direitos no Brasil e identificam barreiras ainda presentes, sobretudo no contexto educacional.

E por fim, o artigo **“O cerceamento do ‘direito’ à movência: o silenciamento das biografias de movimento no contexto da educação física escolar”**, de autoria de Vinicius Machado de Oliveira; Juliano de Souza; Emerson Luís Velozo; Gláucia Andreza Kronbauer, evidencia que a restrição do direito à movência e à Educação Física nas escolas brasileiras representa um retrocesso significativo, pois afeta a formação integral dos jovens e compromete seu desenvolvimento físico, mental e social. A discussão apresentada no texto é um alerta para a necessidade urgente de políticas públicas e um compromisso real com a promoção do acesso à movência em todos os níveis educacionais.

Este dossiê oferece reflexões sobre os direitos humanos na educação, destaca as diversas formas de inclusão e resistência dentro das políticas educacionais. Por meio de análises teóricas e estudos

empíricos, os artigos contribuem para um debate amplo sobre a efetivação dos direitos à educação. Evidenciam a necessidade de um olhar inclusivo, crítico e transformador sobre as diferentes realidades e contextos.

Desejamos uma excelente leitura e partilha de aprendizagens e conhecimentos por uma Educação em Direitos Humanos!

Ana Carolina Morgado Frias – Escola Superior de Educação de Coimbra, Portugal

Fabiane Freire França – Universidade Estadual de Maringá, Brasil